

ATA Nº. 4/2016 - Mandato 2013/2017

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE ABRIL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA SEIS DE MAIO DO ANO DOIS MIL E DEZASSEIS.----

Aos seis dias do mês de maio do ano dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente, na sua segunda reunião da Sessão de abril, a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia:-----

A reunião teve início nos termos do Regimento às 21h00.-----

Ponto 3 - Apreciação e votação da Prestação de Contas de 2015.-----

Ponto 4 - Apreciação e votação da Aplicação dos Resultados de 2015. -----

Ponto 5 - Apreciação e votação da 2ª. Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2016.-----

Ponto 6 - Apreciação e votação da prorrogação dos procedimentos concursais de pessoal.-----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, Fernando Maria Paz Duarte e pelo primeiro secretário, Carlos Sarabando e segunda secretaria Margarida São Marcos.-----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente da Câmara Fernando Caçoilo e os Vereadores Marcos Ré, Ana Bastos, António Pedro Martins e Beatriz Martins. Faltaram o Vereador Paulo Costa, por motivo do falecimento do pai e José Vaz, por motivo profissional. As faltas foram justificadas.-----

FALTAS:-----

Apresentaram pedido de justificação por motivo de ausência do município nos termos do artigo 6º. Do Regimento, os membros Luís Leitão e Sofia Senos do PS, foram substituídos por Hugo Lacerda e Joana Lopes, Carla Lima do BE, que foi substituída por Kevin Tavares e Barba Gabriel do PSD que foi substituída por Luísa Diamantino.-----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado a presença dos 25 Membros que o compõem: Fernando Maria Duarte, Carlos Sarabando, Margarida São Marcos, Hugo Lacerda, Luísa Diamantino, António Flor Agostinho, António Pinho, João Bernardo, Júlio Barreirinha, Joana Lopes, Sérgio Lopes, Eduardo Conde, João Oliveira, Lurdes Faneca, Kevin Tavares, Emanuel Costa, Hugo Rocha, Daniel Santiago, Irene Ribau Esteves, João Roque, Amantino Caçoilo, João Campolargo, Carlos António Rocha, Augusto Rocha, e Luís Diamantino.-----

Presidente da Mesa: Informa que esta reunião vai ter o seu início, com a análise **do Ponto 3 - Apreciação e votação da Prestação de Contas de 2015, para cuja introdução dá a palavra ao Presidente da Câmara.**-----

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara: O documento apresentado, referente ao ano económico de 2015, representa o 2º. Ano de mandato deste executivo e reflete claramente os compromissos assumidos nas grandes opções do Plano que foram aprovados nesta Assembleia. Durante este exercício conseguiram-se valores de execução nunca alcançados e refletem o realismo colocado neste documento. “Neste momento cumprimento toda a equipa da CMI que contribuiu para a execução deste Orçamento”. De seguida faz uma análise sintética do documento apresentado: Durante este exercício, obteve-se uma receita de 26,3 milhões de euros, que representa uma percentagem de execução de 85,2% e referencia os 24,3 milhões da receita normal que representou 2% do saldo do ano de 2014. Relativamente a fundos comunitários recebemos 1 milhão de euros a mais que o ano anterior. Recebemos mais 2,7 milhões de euros e temos também mais 1,7 milhões que estão assumidos e que faltavam pagar. Na despesa o valor total é de 24,9 milhões de euros com uma percentagem de execução de 94,16% com duas componentes: 12, 7 milhões de despesas correntes e 12,2 milhões de despesas capitais, mas na despesa corrente tem menos 5% relativamente ao ano 2014. No investimento direto houve um aumento de 27,3%. em 2015, ou sejam 9,5 milhões de euros, em 2014, 6 milhões e em 2013, 2,9 milhões em obras. A despesa paga cifra-se em 80,8%, assumindo os compromissos pagos e não pagos, sendo o nível de execução de 14%, que foi muito bom. No que respeita à dívida bancária conseguimos uma redução de 13% e temos ainda para receber 1,7 milhões do QREN, 95 mil euros da biblioteca e 0,265 do Museu da VA. Dividas aos fornecedores, cifra-se em 4 milhões, divididos pela Adra, aquisição de terrenos e com pessoal (opção gestonária). O total da dívida no final de 2015 é de 17 milhões. O Resultado líquido do exercício de 2015 cifrou-se em cerca de 2,9 milhões de euros e com um valor de cerca 4,3

milhões euros de amortizações. De seguida o Presidente da Câmara destaca as obras concluídas no ano de 2015 e em execução este ano, coloca-se de imediato à disposição para os esclarecimentos que a AMI entender.-----

Presidente da Mesa, abre inscrições para a 1ª. Intervenção dos membros:-----

Kevin Tavares: Sobre os documentos em análise, diz que as contas estão certas mas as políticas posta em prática por este executivo é que não concorda e não se revê nas suas opções. Considera que as prioridades não estão a ser bem geridas, destacando a significativa taxa na cobertura da rede de saneamento nas freguesias do Concelho e o Município cobrar uma taxa de IMI muito elevada. Há obras que foram executadas e não têm neste momento utilidade como seja a via de acesso ao PCI, dizendo mesmo que neste momento não serve para nada. A remodelação do teatro e museu da VA, que sendo necessárias, não seria este o tempo certo, dado o excessivo investimento e a dívida do Município ser muito elevada. Termina citando que o executivo não executa os serviços sociais essenciais à população, privilegiando o existencialismo e continua a demitir-se de executar obrigações que delega em Associações ou IPSSs, e até em Particulares que sobrevivem com subsídios pontuais.-----

António Pinho: Refere-se à introdução do Presidente Câmara e diz esperar que as boas práticas da realidade dos orçamentos tenham vindo para ficar. Lembra-se dos documentos apresentados pelos executivos anteriores, por serem bastante inflacionados e irrealistas que eram sempre apresentados à AMI, nomeadamente no tempo do chamado PIDAAC. Agora sim estes documentos são apresentados com realismo e de acordo com as opções políticas. Termina fazendo votos para que o rigor e o realismo se mantenham. -----

Eduardo Conde: Considera fastidioso fazer análise aos números do relatório e contas, no entanto consideram a adoção de estratégias competitivas uma ferramenta essencial. Diz que, ao avaliar o desempenho, avalia-se também ecos de alguma crise financeira que não se notou nas contas muito embora a limitação que qualquer realização pode comportar e a interpretação dos dados, tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas. Costuma dizer-se que contas são contas e estão sempre certas, no entanto não concorda porque as contas são elementos de concretização de compromissos, do cumprimento de orçamentos e indicação do modelo de opção de gestão e são também uma resposta ao que está, que queremos que esteja e o que gostaríamos que tivesse acontecido. Este relatório não deixa quaisquer dúvidas e está em conformidade com o POCAL e os objetivos traçados para o futuro são um bom indicador. Estão em concordância com o compromisso eleitoral e a gestão financeira o cumprimento do serviço de dívida com desafogo. A execução orçamental com uma receita acima de 85% e a despesa acima dos 80% é um bom indicador. O PAEL é e foi importante para a gestão e o pagamento aos fornecedores em 30 dias é ótimo. A opção gestonária foi uma medida importante.-----

Flor Agostinho: Como se pode verifica pelo Relatório de gestão a Câmara está a fazer obra, está a cumprir o plano de redução de dívida o que em termos de gestão é importante. O Concelho de Ílhavo está a crescer, os eventos têm tido qualidade e não reconheço que a obra de acesso ao PCI seja uma obra desnecessária! O PCI é uma infraestrutura que está a ser projetado a nível mundial e não se compreende estes comentários. A parceria com a Vista Alegre foi muito boa e é uma importante projeção turística que futuramente irão colher os seus frutos. Os orçamentos deixaram de ser sobrevalorizados como muito bem disse o Pinho e temos a fiscalizar o Revisor Oficial de Contas que é uma mais-valia e garantia de tranquilidade. -----

Sérgio Lopes: Começa por afirmar que as contas não são um mero procedimento contabilístico para a AMI retificar os números. Fala em falta de rigor nos investimentos feitos a longo prazo ao longo dos últimos anos. Diz que foram opções políticas que importa analisar, refletem as prioridades do PSD para a gestão do município. O ciclo governativo dos 16 anos anteriores, refletem algumas opções e prioridades que exigem no nosso presente grandes sacrifícios. Embora já alguns elementos do PSD aceitem, o PS sempre afirmou que o PSD com os tais orçamentos empolados, que agora ninguém quer apadrinhar estavam a hipotecar o futuro do município, retirando-lhe capacidade para dar resposta às necessidades do futuro. Dá como exemplo a não diminuição da dívida este ano, objetivo do executivo, que não cumpre por responsabilidade dos autarcas do PSD que têm governado e que não são alheios os atuais governantes, o que levou à necessidade de aderir ao PAEL para sanear as contas da CMI. A falta de rigor que se verificou, coloca agora o município num espartilho. Qualquer gestor de dinheiros públicos tem a obrigação de garantir o princípio da solidariedade inter-geracional e isso não aconteceu o que conduziu a que atualmente 10% do orçamento esteja cativo ao pagamento de dívida, criando constrangimentos financeiros, como admite o Presidente da Câmara, até ao ano de 2021. Enumera depois algumas obras que elenca como estruturais e que estão por iniciar:

Saneamento básico nas Gafanhas do Carmo e Encarnação, a necessária revolução urbanística na Gafanha da Nazaré, as condições débeis na mobilidade entre freguesias e a valorização dos recursos naturais, o reforço das políticas sociais adequadas aos novos tempos. O executivo acha que tem um salvo-conduto, o de que os ilhavenses se identificam incondicionalmente com a governação PSD, que os ilhavenses não querem saber quanto custam as opções políticas do PSD. No entanto, termina afirmando que os ilhavenses sabem cada vez melhor quanto custam os erros do PSD, através do aumento da receita cobrada de IMI entre 2012 para 2015, de 4,5 milhões de euros. Em 3 anos este valor foi retirado à economia das famílias e aconselha o Presidente a viajar pelo país e aprender a não ser autarca de betão e cita. “V. Exas não são os autarcas da coesão social e não tem capacidade para dar esse futuro ao município”.-----

Hugo Lacerda: Reforça a intervenção do anterior membro do PS e destaca uma comparação com as contas de 2014 e 2015 dizendo que apenas se verifica um aumento de cobrança de impostos. Também existe um aumento do valor relativamente a contratos de tarefa e avançados de 60.000 euros. Sobre a listagem de devedores à Câmara que se mantém, pergunta o que foi feito para alterar este estado de coisas? A empresa da certificação legal de contas, declara que os processos judiciais em curso vão depender de situações que nada leva a concluir que vão ser favoráveis e a declaração de compromissos é contrária a esta situação. Pede esclarecimento.-----

João Bernardo: À semelhança dos seus camaradas de bancada, começa por citar a legislação que impõe a elaboração dos documentos de forma realista. À semelhança do que disse o membro Sérgio Lopes, expressa a opinião de orçamentos irrealistas durante 18 anos, referindo orçamentos sobredimensionados e opções políticas que o PS sempre considerou erradas, bem como a cobrança de IMI elevada, levando a que 30% do valor do orçamento tenha tido origem na cobrança deste imposto. Afirma dizendo que em 2014 a cobrança do IMI, resultou em mais 27% do valor aqui referido e em 2015 mais 8,8 % do valor informado à AMI. Só os membros do PSD pagam alegremente este imposto sem justificação para as contrapartidas do mesmo. Fala ainda de vergonha nacional pela falta de cobertura total da rede de saneamento e da continuidade do valor substantivo do espetáculo em desfavor do social.-----

Presidente da Mesa, dá a palavra ao Presidente da Câmara para resposta aos membros:-----

Presidente da Câmara: Em resposta ao PS, afirma que os ilhavenses não estão de maneira alguma de acordo com o que foi dito por alguns membros. Durante os anos referidos como irrealistas, mantiveram a confiança em quem os governa, votando no PSD. Até agora o PS referiu com ênfase a falta de saneamento na Gafanha da Nazaré, sabendo que está quase concluída a sua execução e brevemente se vai alargar às restantes freguesias. Afirma que a demagogia faz parte do vocabulário do PS, mas os ilhavenses só alteraram a forma de votação uma vez e arrependem-se. Ao membro Kevin Tavares diz que as opções políticas são a lógico de não serem coincidentes. Subsídios pontuais não são regra, o que existe são acordos de cooperação. Sobre o mito do betão, responde que o betão é para as pessoas, estradas, escolas, edifícios, isso é que é satisfazer as necessidades das pessoas. Sobre o realismo dos documentos responde que sob a sua orientação, o rigor veio para ficar, pois é e sempre foi a sua forma de atuação. Ao membro Eduardo Conde diz que a Adra é e foi uma solução equilibrada. Ao membro Flor Agostinho, diz que o município está a crescer de forma sustentada e equilibrada. Responde a Sérgio Lopes dizendo que a sua intervenção foi apenas de demagogia. Responde ao membro Hugo Lacerda dizendo que o Governo e o país ou qualquer governação pública depende dos impostos e a qualidade dos serviços que a administração pública coloca à disposição da população depende de uma boa cobrança dos mesmos. No que respeita aos avançados e contratados é do conhecimento geral da AMI, dos que se encontram ao serviço e o aumento que refere, corresponde ao que foi equilibradamente necessário fazer. Quanto aos processos judiciais, todos sabemos que não podemos antecipar resultados. Ao membro João Bernardo diz que o Plano e Orçamento são feitos no cumprimento da lei e comparativamente aos resultados da média dos últimos 3 anos. Para mais informação diz que no âmbito do FEF e com o IRS incluído, só recebemos 21% contra os 60% de alguns municípios, sendo portanto um dos municípios que menos recebe da receita do OE.-----

Presidente da Mesa, abre inscrições para a 2ª. Intervenção dos membros:-----

Kevin Tavares: Esclarece que não disse que a via do conhecimento é desnecessária, mas sim que é muito pouco usada porque o PCI ainda de encontra em construção e no seu entender o tempo não foi o adequado. A política do betão para o BE consiste na construção desenfreada e o crescimento e desenvolvimento económico teimam em não dar frutos necessários às necessidades sociais da população. -----

Flor Agostinho: Referência que o concelho está a crescer, os eventos tem qualidade e é visível a projeção do município. A prestação de serviços à população é significativa e não reconhece que a via do conhecimento seja uma obra desnecessária. O PCI está a ser projetado mundialmente pela UA e já existem 3 edifícios que estão a ser equipados. Cita o Museu e teatro do VA que estão em vias de inauguração que já são uma realidade. Diz concordar plenamente com o que disse o membro António Pinho, que temos Orçamento realista e temos revisor oficial de contas que valida estas operações. Esta é a realidade do concelho que continua bem e a crescer. A população não esquece aqueles maus 4 anos que esteve sob a governação socialista. O membro Sérgio Lopes era muito novo nessa altura e não se apercebeu, mas foi mau de mais, os fundos comunitários estavam à porta e seria grande perda se não tivessem aproveitado essa oportunidade.-----

João Bernardo: Pergunta quem governou a Câmara de 1976 a 1993? No entanto diz não querer discutir esse assuntos falando das eleições. Diz também que enquanto cá andarmos, falaremos sempre no saneamento que está por fazer. É o concelho de Ílhavo o mais atrasado no país nesta matéria, no entanto não faltam edifícios, alguns sumptuosos, mas cuja eficácia de nada serve à vida das pessoas. Existem edifícios novos, com graves problemas dando como exemplo o caso dos centros escolares. A política da educação tão apregoada e veja-se os resultados desastrosos na abordagem feita à carta educativa. Não há sociedade organizada sem impostos mas eles tem de ter razoabilidade.-----

Hugo Lacerda: Diz ao Presidente que seria mau não saber que as pessoas têm que pagar impostos. O que disse foi que a CMI tem uma forma exagerada de cobrar esses impostos. Não aceita as propostas do PS para os baixar, e o PS insiste em justiça e equidade. Repete a pergunta sobre a cobrança dos débitos à CMI. Relativamente às avenças o que perguntou foi se houve aumento das pessoas contratadas ou se houve aumento do valor das avenças. No que respeita à medida de salvaguarda, se não há problema algum porque colocam os revisores a salvaguarda? Relativamente aos processos judiciais pergunta se a Câmara não aprendeu a lição e quer continuar a correr riscos? Pergunta e se voltar a acontecer o que aconteceu há bem pouco tempo à CMI vai de novo a correr socorrer-se de empréstimo bancário? O mais correto seria prever a situação com a referência aos quase 3 milhões de euros apresentados nestes documentos.-----

Sérgio Lopes: Afirma que quando faltam argumentos ao Presidente da Câmara, usa sempre o argumento de que quem ganhou as eleições foi o PSD, lembrando que no passado, o PSD não assumiu nunca perante os eleitores que o seu fulgor investidor custaria o que está a custar aos ilhavenses.-----

Presidente da Mesa, dá a palavra ao Presidente da Câmara para resposta aos membros: -----

Presidente da Câmara: Nesta sua intervenção começa por dizer que não há quase nada de novo em relação à anterior. No entanto responde ao membro Kevin Tavares dizendo que a estrada de acesso ao PCI está feita e por várias razões se justifica esse acesso, esperamos nós que seja uma fonte de criação de riqueza para o Município e para a comunidade. A Essência da democracia são as eleições, não sabe porque algumas pessoas não gostam que se fale em eleições democráticas. No que respeita à carta educativa, o membro João Bernardo critica muito, mas nunca apresentou nenhuma proposta objetiva. Diz que 34% do PIB no país são impostos, todos concordamos, mas será que a agora chamada “gerigonça” vem resolver o problema? Vamos todos esperar para ver. Afirma que a Câmara tem o sentido de justiça, equidade e bem equilibrado. O que foi feito para a cobrança de dívida, foi insistir, nuns casos obteve-se êxito e noutros não. A opção nesta altura de não fazer cativação de verba para previsão de desfecho de processos judiciais, “eu assumo a não cativação da verba”.-----

Presidente da Mesa: Terminadas as intervenções, coloca este ponto à votação: -----

VOTAÇÃO: Aprovado por maioria a Prestação de Contas de 2015, com 13 votos a favor do grupo parlamentar do PSD, 11 abstenções dos grupos parlamentares do PS, CDS/PP e PCP e 1 voto contra do BE. À mesa é apresentada seguinte declaração de voto:-----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----
Apreciação e votação da Prestação de Contas de 2015. -----

A Prestação de Contas de 2015, que o Executivo Municipal apresenta para apreciação e votação da Assembleia Municipal de Ílhavo, é o documento que espelha as opções políticas suportadas pela maioria do Partido Social Democrata. -----

As opções políticas deste Executivo Municipal estão nele demonstradas, bem como as de executivos anteriores, bem latentes no serviço de dívida que a Câmara suporta, em 2015 como em anos anteriores, de mais de 2 Milhões de Euros e uma dívida que ronda 19 Milhões de Euros. -----

De referir que se verifica um aumento da dívida, em situação comparável a 2014, a que não é alheio o, assim designado, processo da Biblioteca, com a decisão definitiva do tribunal, de condenação da Câmara Municipal no pagamento do terreno ao anterior proprietário no valor de, aproximadamente, um milhão de euros, incluindo capital, juros e despesas, o que muito penalizou o município de Ílhavo, quando é certo que, se a gestão tivesse sido mais prudente e acautelada, o encargo a assumir pela autarquia cifrar-se-ia, muito provavelmente, em menos de metade daquele montante. -----

Ademais, cumpre-nos assinalar que o montante devido a fornecedores aumentou face a 2014, e ainda que justificado pelo Executivo Municipal por razões conjunturais, não deve deixar de preocupar-nos, na expectativa que esta se venha a verificar, de facto, como uma realidade conjuntural e não o regresso a uma política de gestão financeira irresponsável, sustentada às custas do esforço dos fornecedores. -----

A dívida da autarquia é uma herança que pesa todos os anos no orçamento municipal, retirando-lhe melhor capacidade de investimento, tendo sido boa parte da dívida contraída para suportar orçamentos municipais sobredimensionados, que não resolveram os problemas estruturais do município, e em muitos gastos desnecessários.- As opções políticas deste Executivo Municipal estão bem espelhadas na Prestação de Contas de 2015, bem visíveis no esbulho que a maioria do Partido Social Democrata executa através da cobrança do IMI, num ano em que esta receita aumentou mais uma vez, verificando-se o aumento da dependência do orçamento municipal face à receita proveniente de impostos municipais. -----

O Partido Socialista apresentou, desde o início deste mandato, alternativas às opções tomadas, e este documento demonstra bem que era possível reduzir a carga fiscal aos munícipes, em sede de diminuição da taxa de IMI e da participação variável no IRS, sem colocar em causa a sustentabilidade financeira da autarquia, com vantagens assinaláveis para o alívio dos compromissos dos ilhavenses e correspondente estímulo da economia local.-----

Ademais, o esforço que é exigido aos ilhavenses, não é acompanhado da redução rigorosa da despesa da Câmara, nem tão pouco da resolução dos estrangulamentos do concelho, nas áreas da mobilidade, da criação de emprego e fixação de população activa, da valorização dos nossos recursos ambientais e turísticos, da gestão territorial integrada e sustentável, do reforço das políticas sociais e da aproximação entre os eleitos e eleitores.-----

A este propósito, no sentido inverso ao do necessário reforço e aprofundamento da nossa prática democrática, registamos um défice de discussão pública em certos projectos de interesse para a comunidade.-----

Registamos ainda debilidades na gestão do município, que se refletem, designadamente, na falta de cobertura total do saneamento, não obstante os investimentos feitos nesta área em 2015, na ausência de uma rede de transportes em todo o município, bem como na inexistência de uma estratégia para a regeneração urbana, em especial, nas freguesias da Gafanha da Nazaré e da Gafanha da Encarnação. -----

Ainda que saudemos os avanços na definição de uma área de reabilitação urbana para o centro de Ílhavo, lamentamos que nenhum dos programas da Câmara Municipal tenha tido tradução prática, nunca tendo surtido o efeito pretendido, notando-se que a reabilitação do edificado degradado não sai do papel.-----

Aliás, quanto a esta matéria da reabilitação e, bem assim, da requalificação do território, não se compreende a total ausência de estratégia para as restantes freguesias do município, fazendo notar que na segunda cidade do concelho, a Gafanha da Nazaré, nada se fez a este nível de particularmente relevante, a não ser a repetição inconsequente de vãs promessas. -----

Deparamo-nos ao longo destes anos com o cenário das escolhas que o PSD fez, sempre às custas da sobrecarga fiscal dos ilhavenses, nunca às custas de uma redução de despesa rigorosa, sempre ignorando a necessidade de uma ação política estratégica que resolva os problemas estruturais do município, que tanto prejudicam a sustentabilidade do território e a qualidade de vida dos ilhavenses. Pelos motivos apresentados, o Partido Socialista não pode aprovar a Prestação de Contas de 2015 e apoiar as escolhas políticas que lhe são inerentes, optando o Grupo Municipal do PS pela Abstenção. -----

Ílhavo, 6 de Maio de 2016, O Grupo Municipal do Partido Socialista, -----

Presidente da Mesa: Coloca em análise o **Ponto 4 - Apreciação e votação da Aplicação dos Resultados de 2015**, para cuja introdução dá a palavra ao Presidente da Câmara.-----

Presidente da Câmara: Inicia a sua intervenção dizendo que é um formalismo e cumprimento da lei que diz que deve haver uma deliberação da assembleia sobre a aplicação dos resultados.-----

Presidente da Mesa, abre inscrições para a 1ª. Intervenção dos membros, o que fica sem qualquer inscrição pelo que coloca de imediato à votação. -----

VOTAÇÃO: Aprovado **por maioria a aplicação dos Resultados de 2015**, com 24 votos a favor dos grupos parlamentares do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP e 1 abstenção do BE.-----

Presidente da Mesa: Coloca em análise o **Ponto 5 - Apreciação e votação da 2ª. Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2016**, para cuja introdução dá a palavra ao Presidente da Câmara.-----

Presidente da Câmara: Também a Revisão decorre em conformidade com a lei, sendo esta a 2ª. Uma vez que houve uma 1ª, por força da necessidade do empréstimo. Esta Revisão tem um ajustamento devido ao OE ter sido aprovado muito tardiamente. Introduzimos 2 rubricas, estátua de homenagem aos bombeiros e o programa “Ílhavo In” que é basicamente transporte interno, em zonas sem transporte público e a título experimental.-----

Presidente da Mesa, abre inscrições para a 1ª. Intervenção dos membros: -----

Hugo Rocha: Concorde em absoluto dizendo que é uma medida administrativa, dizendo mais que já em tempos se proclamava ...“agora as pessoas, o novo rumo, nós tínhamos, merecíamos mais”... Estas medidas é exatamente isso, o plasmar de oportunidades que surgem e não se podem perder.-----

Kevin Tavares: O BE aponta a decisão do investimento pouco oportuno com a execução da estátua de homenagem ao bombeiro. Acreditamos que os bombeiros já têm o seu inquestionável mérito reconhecido com a materialização do Novo Quartel, apesar do antigo apenas ter 25 anos, estava obsoleto. Neste momento o que os bombeiros pedem, são mais meios para o combate a incêndios.-----

Presidente da Mesa, dá a palavra ao presidente da Câmara para resposta aos membros:-----

Presidente da Câmara: Diz ao membro Kevin Tavares que os compromissos são para assumir e o Protocolo entre a CMI e a Direção dos Bombeiros está contemplada uma homenagem ao bombeiro que poderá ser materializada de diversas formas. Tudo que se gaste em homenagem aos bombeiros é uma referência de afeto que lhes é devido. -----

Kevin Tavares: É como foi dito uma questão de prioridades e o que ouvi do Presidente da Associação na cerimónia de inauguração do novo Quartel, foi pedir mais equipamento para combate. -----

Presidente da Mesa, coloca a votação o ponto em análise, que obtém o seguinte resultado: -----

VOTAÇÃO: Aprovado **por maioria a 2ª. Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2016**, com 23 votos a favor, grupos parlamentares do PSD, PS e CDS/PP e 2 abstenções dos representantes do PCP e do BE.-----

Presidente da Mesa: Coloca em análise o **Ponto 6 - Apreciação e votação da prorrogação dos procedimentos concursais de pessoal**, para cuja introdução dá a palavra ao Presidente da Câmara.-----

Presidente da Câmara: Cumprindo a lei na altura em vigor, no ano de 2015 deliberou a AMI a abertura de concursos para 25 vagas, sendo que a mesma lei referia que se decorridos 6 meses o processo não estivesse concluído, deveria procede-se à sua prorrogação. Sabendo que o OE/2016, não impõe esta obrigatoriedade, na dúvida e por impossibilidade de concluir o processo, porque houve quase 2 mil candidaturas e a secção de recursos humanos é reduzida. Informa que se a Câmara recorre-se a uma fima do exterior para fazer este serviço, as propostas que nos chegaram são na ordem dos 500 mil euros. Por isso este processo volta à AMI.-----
Presidente da Mesa, não havendo mais inscrições neste ponto, coloca o mesmo a votação:-----

VOTAÇÃO: Aprovado **por unanimidade a prorrogação dos procedimentos concursais de pessoal**, com 25 votos a favor.-----

E porque se esgotou a Ordem do Dia, desta Sessão, a reunião é encerrada pelas 23h10, do dia do seu início.-----
Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi e vai ser assinada por mim e pelo Presidente da Assembleia. -----

Todos os pontos desta ata, são por votação unanime aprovados em minuta para que produzam efeitos imediatos.

O Presidente da Assembleia _____

O 1º Secretário _____

ESTA ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE, NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 2016/06/17.